



By @kakashi_copiador



Estratégia

Concursos

Material disponível em:



@profcelsonatale



t.me/profcelsonatale

Economia para Concursos



Estratégia
Concursos



CURSO COMPLETO DE FINANÇAS PÚBLICAS

PÓS-EDITAL CGU AULA 04/04



PLANO DE CURSO

1 Objetivos, metas, abrangência e definição. 2 Funções do Estado e financiamento dos gastos públicos: tributação e equidade. 3 A função do bem-estar; políticas alocativas, distributivas e de estabilização. 4 Instrumentos e recursos da economia pública (política fiscal, regulatória e monetária).

5 Tributação: tipos de tributos; progressividade, regressividade e neutralidade.

6 Federalismo fiscal.

13 Conceito de déficit público; financiamento do déficit; sustentabilidade da política fiscal. 14 Resultado Fiscal do Governo (Necessidade de Financiamento do Setor Público - NFSP): Resultado Primário e Resultado Nominal.



Aula 01

Funções do
Estado



Aula 02

Déficit e
Dívida Pública



Aula 03

Tributação



Aula 04

Federalismo
Fiscal



FEDERALISMO FISCAL

CONCEITO E MODELOS



FEDERALISMO FISCAL | CONCEITO

O **Federalismo** (ou Pacto Federativo) é uma técnica administrativa que possibilita o exercício do poder em grandes territórios.

Estabelecimento de governos de âmbitos regional e local.

Municípios
Estados
Distritos
Províncias

Definição de atribuições (repartição de competências)

Julgar
Legislar
Executar



FISCAL



o poder de “gastar” e o poder de “arrecadar”

DESCENTRALIZAÇÃO

Objetivo: Melhor execução das políticas públicas de que a sociedade.

por meio de repartição

Receitas

Arrecadar os tributos de sua responsabilidade, definidos na Constituição Federal

Despesas

Ofertar os serviços públicos de sua responsabilidade (saúde, educação, segurança etc.)

mas não seria
melhor centralizar?

TRÊS ABORDAGENS



**CONCORRÊNCIA
ENTRE GOVERNOS
LOCAIS**

**MODELO DE
TIEBOUT**



**COOPERAÇÃO
ENTRE OS NÍVEIS**

**MODELO DE
OATES**



**EXPLICITAÇÃO DE
EXTERNALIDADES**

**MODELO DE
GORDON**

CONCORRÊNCIA ENTRE GOVERNOS LOCAIS

PROBLEMAS

Cidadãos **não** revelam sua **preferência** por bens públicos pelo sistema de preços

Bens públicos são não rivais e não exclusivos, levando ao **problema do carona**.

MODELO DE TIEBOUT

DESINELÂNDIA

LAZER



RAVARDE
DO SUL

EDUCAÇÃO

MOPAZ
SEGURANÇA

N.S DO
VIGOR
SAÚDE

MOBILIDADE
DAS PESSOAS

COMPETIÇÃO
HORIZONTAL

VOTO COM OS PÉS

GOVERNO CENTRALIZADO

Vantagens

provisão de bens públicos de impacto geral tende a ser mais eficiente se for feita por governos centrais.

Desvantagens

- provável insensibilidade à diversidade de demandas.
- menor fiscalização social.

GOVERNO DESCENTRALIZADO

Vantagens

participação e fiscalização nas decisões do governo local.

Desvantagens

- dificuldades de implementar políticas na área econômicas.
- inviabilidade de obras de grande escala.

FEDERALISMO FISCAL

O Federalismo expõe/causa problemas sociais que devem ser enfrentados.

- i. Exportação de tributos:** cada comunidade pode criar tributos que incidam sobre não residentes. Ex: ICMS.
- ii. Externalidades positivas:** os benefícios que os bens públicos proporcionam aos não residentes seriam ignorados.
- iii. Comportamento free rider:** governos locais podem deixar de prover determinados serviços a seus cidadãos, uma vez que comunidades vizinhas podem prover o mesmo serviço.
- iv. “No meu quintal, não!”:** cada comunidade tenta se livrar de atividades que, embora tragam benefícios a todos, produzem efeitos negativos para a comunidade onde o serviço será disponibilizado.

- v. Desconsideração dos efeitos redistributivos de renda em outras jurisdições:** as decisões de tributação e gasto de uma comunidade alteram a distribuição de renda de outras comunidades.
- vi. Regressividade tributária e do perfil de gastos:** a mobilidade dos indivíduos é diretamente proporcional a sua riqueza.
- vii. Desconsideração de aumentos de custos dos governos de outras jurisdições:** os insumos utilizados pelo governo na geração dos serviços públicos também são tributados.
- viii. Guerra fiscal:** alguns estados oferecem incentivos fiscais a grandes empresas para que elas se instalem em seus territórios.



FEDERALISMO FISCAL

REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS



RECEITAS E ARRECADAÇÃO | CRITÉRIOS

**FACILIDADE DE
EXPORTAÇÃO
DO TRIBUTO**

**MOBILIDADE DA
BASE TRIBUTÁRIA**

**ECONOMIA DE ESCALA
NA ADMINISTRAÇÃO**

**ALOCAÇÃO EFICIENTE
DE RECURSOS
ECONÔMICOS**

**ASSOCIAÇÃO ENTRE
PAGAMENTO E
BENEFÍCIO**

**VIABILIDADE
ADMINISTRATIVA
PARA COBRANÇA**

RESPONSABILIDADE POR GASTOS

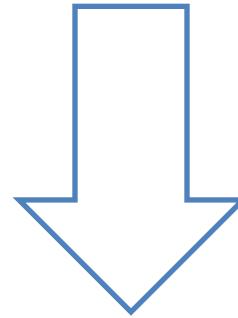
Cada bem público deve ser provido pelo nível de governo que represente de forma mais próxima a área geográfica que se beneficia daquele bem.

INTERESSE NACIONAL

segurança nacional, controle da inflação, política monetária, relações internacionais

GOVERNO CENTRAL

- ▶ Economias de escala;
- ▶ Heterogeneidade das preferências locais;
- ▶ Externalidades envolvidas;
- ▶ Capacidade financeira de cada nível de governo.



INTERESSE LOCAL

iluminação pública, pavimentação, coleta de lixo, transporte público

GOVERNO LOCAL

DESEQUILÍBRIOS

Tributos viáveis
para o governo
local

Serviços públicos
descentralizáveis

Pavimentação

Segurança

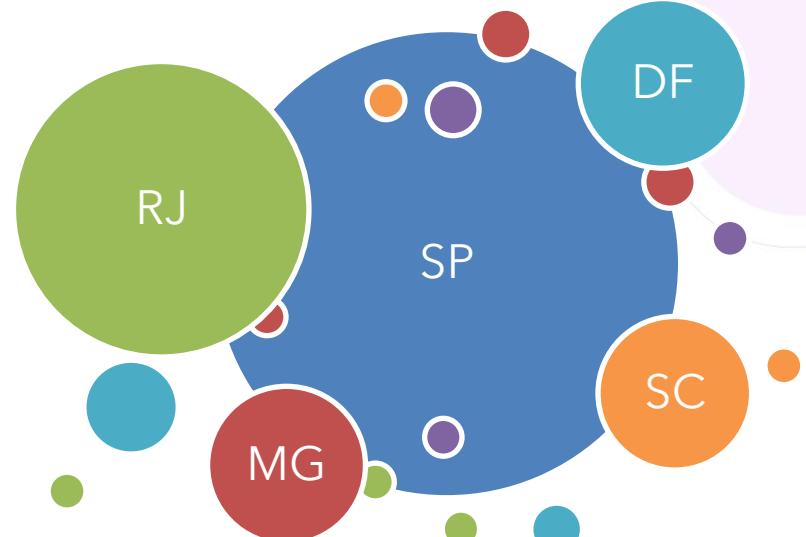
Educação

Iluminação

ISS

IPTU

ARRECADAÇÃO POR ESTADO



EQUALIZAÇÃO

Transferências financeiras que, geralmente, vão da União para estados e municípios, e dos estados para os municípios.

- ▶ **Incondicional e sem contrapartida:** visa reduzir desequilíbrio vertical, também pode ser usada para transferir dinheiro das regiões ricas para as regiões pobres. Ex: Fundo de Participação dos Estados (FPE).
- ▶ **Condisional e sem contrapartida:** é aplicada quando o governo central está interessado em garantir um nível mínimo de oferta de determinado serviço público para todos os governos locais. Ex: Recursos para educação.
- ▶ **Condisional com contrapartida e ilimitada:** ex: para cada R\$ 10 investidos na preservação ambiental, serão transferidos R\$ 2, sem limite de valor a ser transferido). Na prática, representa um subsídio.



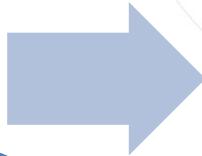
FEDERALISMO FISCAL NO BRASIL



FEDERALISMO FISCAL NO BRASIL | INTRODUÇÃO

Regime Militar (1964)

- Autoritarismo
- Forte centralização
- Governo Federal forte
- Governos locais com pouca autonomia



Constituição Federal
(1988)

- Redemocratização
- Descentralização sem planejamento
- Motivação política
- Municípios favorecidos (com transferências)
- Esvaziamento de Estados (atribuições)



Impostos de competência dos estados: % arrecadação que vai para os municípios (Art. 157 a 160 da CF/1988)	
IPVA	50%
ICMS	25% sendo: - 65%, no mínimo, na proporção do valor adicionado em seus territórios; - 35% conforme dispuser lei estadual.

Arranjos Federativos

Acordos entre entes de mesmo nível para provisão de serviços públicos. Ex: CE, PI e MA em turismo; AL e SE em desenvolvimento regional; PE e BA em saúde. (entre municípios são "Novos Arranjos Federativos").

FEDERALISMO FISCAL NO BRASIL | PROBLEMAS

CF/88: Governo Central enfraquecido



Criação de tributos ineficientes e elevação de alíquotas



Novo Pacto Federativo + Tensões Federativas (Anos 1990)

- ▶ **Fundo de Estabilização Fiscal (FEF):** sucedeu ao FSE (Fundo Social de Emergência), por ocasião da implantação do Plano Real, p/ diminuir temporariamente vinculações constitucionais a que estava sujeito o governo federal.
- ▶ **Lei Kandir:** isenção de ICMS sobre exportações para resolver problema no Balanço de Pagamentos. Governo federal prometeu ressarcir os estados, o que ocorreu de forma insuficiente, segundo governadores.
- ▶ **Renegociação das dívidas estaduais**
- ▶ **Reformas tributárias**



FEDERALISMO FISCAL

QUESTÕES



(TRE-RJ/Analista Judiciário)

O federalismo fiscal constitui uma política contrária à centralização financeira e orçamentária.

(CÂMARA DOS DEPUTADOS/Consultor)

No que se refere ao federalismo fiscal e à política fiscal, julgue o item subsequente.

A mobilidade da base do imposto de renda da pessoa física pode ser considerada uma das principais razões para que tal imposto seja de competência federal, sendo parte de sua arrecadação transferida para estados e municípios por meio dos fundos de participação.

(Procurador do Município de Fortaleza)

Com fundamento na disciplina que regula o direito financeiro e nas normas sobre orçamento constantes na CF, julgue o item a seguir.

A adoção do federalismo cooperativo equilibrado pela CF visa à redução das desigualdades regionais.

(TCE-CE/Analista de Controle Externo)

O Federalismo Fiscal diz respeito à gestão federal da arrecadação tributária, já que esse nível de governo concentra toda a coleta no âmbito nacional.

(TCE-CE/Analista de Controle Externo)

Considerando o modelo de Federalismo Fiscal adotado no Brasil, há uma persistente tensão entre as definições de política fiscal tomadas no plano federal e as demandas locais que afetam as autoridades estaduais e municipais, como no caso da distribuição dos royalties do petróleo a ser extraído do Pré-Sal.

(TCE-CE/Analista de Controle Externo)

O Federalismo Fiscal não guarda qualquer relação, dentre outros fatores, com a extensão territorial e a heterogeneidade regional de um país.

(STN/Analista de Finanças e Controle)

Em relação às formas de organização do Estado, pode-se dizer que pelo modelo de Tiebout, é possível induzir os agentes econômicos a revelarem suas preferências e disposições a pagar pela quantidade de bens públicos por meio da descentralização fiscal e livre mobilidade de pessoas entre os governos locais.

(STN/Analista de Finanças e Controle)

Em relação às formas de organização do Estado, Em relação às formas de organização do Estado, pode-se dizer que o modelo de Oats - cuja melhor organização do Estado se daria na forma de federalismo fiscal - assim como o modelo de Tiebout, faz uma análise da estrutura horizontal do setor público.

(STN/Analista de Finanças e Controle)

Em relação às formas de organização do Estado, Em relação às formas de organização do Estado, pode-se dizer que a existência de "guerra fiscal" é uma possibilidade que surge devido a uma estrutura de governo totalmente centralizada.

(SEFAZ-PE/Auditor Fiscal do Tesouro Estadual)

No Federalismo Fiscal brasileiro, a transferência de recursos fiscais de regiões mais desenvolvidas para regiões menos desenvolvidas tem por um de seus objetivos permitir o custeio de serviços públicos pelas últimas, sem que essas tenham que impor maior ônus tributário a sua população.

(CGU/Analista de Finanças e Controle)

O período 1988-1998 sofreu influência de uma instável conjuntura econômica que afetou fortemente o campo fiscal e acabou por reverter parte significativa dos avanços alcançados no rumo da descentralização.

(CGU/Analista de Finanças e Controle)

Quando as desigualdades regionais são grandes, o equilíbrio entre repartição de competências e a autonomia federativa depende de um eficiente sistema de transferências compensatórias.

(TCE-CE/Analista de Controle Externo)

Julgue a assertiva abaixo, relativa aos problemas suscitados pelo federalismo fiscal em nosso país:

A dificuldade de implantar uma reforma fiscal e tributária em nosso País consiste justamente em conciliar os interesses divergentes entre os poderes tributantes e os contribuintes, bem como em medir as alterações de arrecadação que essa reforma acarretaria.



FEDERALISMO FISCAL

QUESTÕES FGV



(SEFAZ-RJ/Auditor Fiscal)

A respeito da distribuição das competências tributárias entre os vários níveis de governo de uma federação, assinale a alternativa correta.

- a) Os impostos sobre fatores de produção de grande mobilidade são adequados tanto para o governo central quanto para o local.
- b) Os impostos cobrados com base na residência ou no destino, tais como o Imposto de Renda da Pessoa Física, são mais adequados para o governo central.
- c) Os impostos cobrados com base na origem, caso estrito do ICMS, são apropriados para o governo local.
- d) Os mecanismos de equalização horizontal entre entes subnacionais da federação devem ser implementados pelo governo central de modo a corrigir distorções de impostos sobre recursos naturais, cuja competência deve ser dos governos subnacionais.
- e) Os mecanismos de equalização vertical são necessários se os governos subnacionais arrecadam quantias insuficientes para cobrir seus gastos e o governo central arrecada mais que suas necessidades de gastos.

(SEFAZ-RJ/Auditor Fiscal)

Segundo a análise econômica da distribuição de competências tributárias, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pode gerar perdas de bem-estar importantes porque:

- a) é um imposto estadual sobre a origem e, por isso, pode viabilizar a exportação de impostos para contribuintes de outras jurisdições.
- b) é um imposto estadual sobre operações financeiras e, por isso, incentiva a guerra fiscal nesse setor.
- c) é um imposto estadual sobre a origem e sua incidência está concentrada em segmentos de alta capacidade contributiva.
- d) é um imposto estadual sobre o destino e, por incidir sobre milhares de estabelecimentos comerciais, sua fiscalização é mais onerosa.
- e) é um imposto estadual sobre a renda de fatores móveis.

(SENADO FEDERAL/Consultor)

Sobre o Federalismo Fiscal, não é correto afirmar que:

- a) o princípio básico do Federalismo Fiscal consiste em atribuir responsabilidades pela provisão de bens e serviços de acordo com a abrangência geográfica dos benefícios recebidos pela população.
- b) um dos principais problemas existentes em qualquer Federação diz respeito à distribuição das bases tributárias entre os governos e a posterior repartição das receitas tributárias.
- c) no Brasil, a Constituição Federal vigente não define claramente a atribuição das competências tributárias e a repartição das receitas entre cada esfera de governo, e, portanto, há possibilidade de sobreposição de competências.
- d) uma característica do sistema tributário brasileiro que foge à tradição internacional é o fato de existirem dois impostos sobre produção e circulação, do tipo Imposto sobre Valor Agregado, sendo cada um administrado por um nível distinto de governo.
- e) o mecanismo de transferências intergovernamentais tem por objetivo básico corrigir os problemas de desequilíbrios verticais (descompassos entre a capacidade de tributar e as responsabilidades de gastos entre os diversos níveis governamentais) e horizontais (descompassos entre os níveis de renda de governos no mesmo nível de hierarquia) existentes em qualquer Federação.



FEDERALISMO FISCAL

RESUMO



FEDERALISMO FISCAL: RESUMO

- ▶ O **Federalismo Fiscal**, também chamado de "**descentralização fiscal**", diz respeito à divisão dos poderes de **arrecadar e gastar** entre os níveis de governo. Falou em Federalismo Fiscal? Pense logo em **descentralização**;
- ▶ A divisão de competências requer que esses entes tenham grau de autonomia, de modo que suas funções sejam cumpridas, bem como haja uma **correta e justa distribuição dos recursos** exigidos da sociedade;
- ▶ Charles **Tiebout**: é possível induzir os agentes econômicos a **revelarem suas preferências** e disposições a pagar pela quantidade de bens públicos por meio da livre mobilidade de pessoas entre os governos locais.
 - A **mobilidade das pessoas** como mecanismo para revelar suas preferências por bens públicos e tributos;
 - **Competição "horizontal"** entre os governos locais, ganhos de eficiência.
A partir do mecanismo de "votação com os pés", cada pessoa se destinaria à comunidade que oferecesse a melhor combinação de serviço público e impostos, garantindo assim a eficiência.

FEDERALISMO FISCAL: **RESUMO**

- ▶ Algumas abordagens justificam a adoção do federalismo fiscal:
 - **Concorrência entre governos locais e preferências por bens públicos:** a descentralização fiscal estimularia a concorrência entre os governos locais (estados e municípios), estimulando os ganhos de eficiência e as inovações tecnológicas e administrativas;
 - **Cooperação entre níveis de governo e eficiência do setor público:** é possível alinhar as responsabilidades e instrumentos fiscais nos níveis apropriados de governo. Para isso, é necessário entender quais instrumentos funcionarão melhor centralizados e quais funcionarão melhor descentralizados;
 - **Explicitando as externalidades:** na existência de economias descentralizadas, haveria um número maior de externalidades decorrente do fato de os agentes, ao realizarem ações no âmbito de cada comunidade, não levarem em conta as consequências destas ações para outras comunidades.

FEDERALISMO FISCAL: **RESUMO**

- ▶ No que diz respeito à distribuição de receitas e encargos, há seis critérios para determinar qual é o melhor nível de governo para tributar determinado fato gerador:
 - **Facilidade de se exportar o tributo:** quanto maior a facilidade de se exportar um tributo, mais forte é o argumento para que ele seja cobrado pelo governo central;
 - **Mobilidade da base tributária:** a tributação sobre fatores de produção com grande mobilidade é mais apropriada para o governo central. Por outro lado, impostos cuja base tributária é imóvel (impostos sobre fatores imóveis) podem muito bem ser alocados às comunidades locais;
 - **Economia de escala na administração do tributo:** quanto maior a amplitude e complexidade do tributo e de sua base tributária, maior a possibilidade de haver economias de escala em sua administração e, portanto, sua administração seria recomendada a um ente central;
 - **Não induzir à alocação ineficiente de recursos econômicos:** a tributação não pode fazer com que a alocação de recursos seja ineficiente;
 - **Associação do tributo pago a benefícios providos pelo governo local:** este critério é seguido na cobrança de taxas e contribuições de melhoria. Neste caso, o contribuinte paga o tributo diretamente ao ente que lhe traz os supostos benefícios;
 - **Viabilidade administrativa para cobrança do tributo:** se um tributo não pode ser cobrado com eficiência por um ente, então, logicamente, deverá ser cobrado por outro ente, de modo que tal cobrança apresente-se viável.

FEDERALISMO FISCAL: **RESUMO**

- Em suma, um modelo adequado de federalismo fiscal passa pela definição das competências tributárias (quem tributa o quê) e as responsabilidades na provisão de bens públicos (quem provê o quê);

FEDERALISMO FISCAL: **RESUMO**

Descentralização fiscal	Centralização fiscal
Capacidade de atender melhor às demandas locais.	Maior controle de variáveis macroeconômicas.
Incentivo à integração e à cooperação, visto que cada ente é “responsável” pelo seu destino.	Maior facilidade na condução da política fiscal.
Estímulo às inovações, pois cada ente vai buscar melhorias que atendam às suas demandas.	Maiores investimentos em grandes obras de infraestrutura (rodovias, aeroportos, portos).
A descentralização de recursos afeta a capacidade de o Estado atuar com a finalidade de evitar a concentração de renda.	Maior potencial de redução da desigualdade social e econômica entre as regiões (evitar a concentração de renda).
Redução de conflitos entre diversas localidades/etnias.	Maior probabilidade de conflitos e rivalidades entre as localidades.
Algumas atividades alocativas ficam com governo locais.	Todas as atividades ficam com governo nacional.
Fortalecimento da democracia e barreira a regimes autoritários.	Uniformidade na prestação dos serviços públicos.
As decisões sobre o gasto público NÃO são tomadas no mesmo nível onde são tomadas as decisões relativas às medidas a serem utilizadas para realizar determinado gasto.	As decisões sobre o gasto público são tomadas no mesmo nível onde são tomadas as decisões relativas às medidas a serem utilizadas para realizar determinado gasto.



OBRIGADO



@PROFCELSONATALE



t.me/profcelsonatale

Economia para Concursos



Estratégia

Concursos